



Violências na UFRR: avanços e desafios ao seu enfrentamento

Violence at UFRR: progress and challenges in addressing it

Natália Demétrio

<https://orcid.org/0000-0003-0954-6993>

Possui graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual de Campinas (2006-2010), mestrado (2011-2013) e doutorado (2013-2017) em Demografia, ambos pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (Nepo-Unicamp) (2017-2024).

Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de Roraima e membra da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP).

<http://lattes.cnpq.br/9043947211775373>

natalia.demetrio@ufrr.br

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo analisar os casos de assédio moral, sexual e outros tipos de violência na Universidade Federal de Roraima. Tem-se como hipótese que esse fenômeno é expressão das crises e transformações enfrentadas pelas instituições de ensino superior no Brasil, as quais dialogam com os efeitos da pandemia de Covid-19, corte de financiamento e maior diversidade étnico/racial da comunidade acadêmica. Esses processos redefinem a questão universitária no século XXI, redesenhada pelas críticas à colonialidade do saber e pela perspectiva interseccional entre raça-gênero-classe. Do ponto de vista metodológico, a investigação ampara-se no exame de documentos oficiais, na sistematização de registros administrativos, na realização de entrevistas semiestruturadas com servidores da UFRR e na aplicação de questionário online com a comunidade acadêmica.

Palavras-chave

Assédio. Universidade. UFRR.

Violence at UFRR: progress and challenges in addressing it

Abstract

This study aims to analyze cases of moral harassment, sexual harassment, and other types of violence at the Federal University of Roraima. The hypothesis is that this phenomenon reflects the crises and transformations facing higher education institutions in Brazil, which are intertwined with the effects of the COVID-19 pandemic, funding cuts, and greater ethnic/racial diversity within the academic community. These processes redefine the university landscape in the 21st century, reshaped by critiques of the colonality of knowledge and the intersectional perspective of race, gender, and class. Methodologically, the research is supported by the examination of official documents, the systematization of administrative records, the conduct of semi-structured interviews with UFRR staff, and the administration of an online questionnaire to the academic community.

Keywords

Harassment. University. UFRR.

1. Introdução: a questão universitária do século XXI

A explosão dos casos de assédio no ambiente acadêmico redefine a questão universitária (SCHWARTZAMAN, 1989) no século XXI. Por um lado, a erosão das



condições de trabalho (ANTUNES, 2008) também atinge as universidades, crescentemente precarizadas pelos sucessivos cortes de investimento, com estabelecimento de metas e padrões de produtividades típicos do mundo empresarial (SCHWARTZAMAN, 1989). Esse contexto cria novas contradições, ao mesmo tempo em que agudiza conflitos antigos, produzindo um boom de assédios e adoecimentos ligados ao trabalho acadêmico (CARAN et al, 2010).

Por outro lado, a drástica mudança no perfil da população universitária, cuja comunidade é crescentemente composta por negros, indígenas e pessoas historicamente excluídas das instituições de ensino superior no Brasil, não veio acompanhada de uma transformação profunda nas formas de organização acadêmica, incluindo aí seus referenciais epistemológicos, ainda hoje marcados por um paradigma eurocêntrico de fazer ciência (SANTOS, 1999).

É nesse que Boaventura de Sousa Santos (1999) discute a crise da universidade moderna, cujo modelo de conhecimento é insuficiente para responder aos desafios sociais contemporâneos. O autor destaca a hiper-especialização do saber e a burocratização das instituições acadêmicas como fenômenos responsáveis por tornar as universidades desconectadas das realidades e necessidades sociais mais amplas. Assim, a crise também se manifesta no fato de que as universidades, sob a lógica do neoliberalismo, passaram a ser orientadas pela mercantilização do conhecimento e pela busca de eficiência econômica, ao invés de atender às demandas por justiça social, igualdade e emancipação.

Aníbal Quijano (2005) contribui com esse debate ao propor o conceito de colonialidade do saber e revelar, que revela como as estruturas de dominação instauradas durante a colonização permanecem ativas nos modos de produção de conhecimento. Para o autor, o eurocentrismo acadêmico é um dos principais instrumentos dessa colonialidade, pois deslegitima saberes não ocidentais e marginaliza epistemologias indígenas, africanas e populares. Assim, a universidade, ao manter um padrão epistêmico colonial, reforça hierarquias raciais e culturais, perpetuando exclusões históricas. Nesse sentido, a superação dessa crise exige um processo de descolonização do saber, que reconheça a pluralidade epistêmica e promova uma ecologia de saberes.

Guacira Lopes Louro (1997) também analisa questões centrais às práticas educativas contemporâneas desde o olhar sobre a produção de diferenças e desigualdades de gênero e



sexualidade em articulação com outros marcadores sociais, como raça, etnia e classe. A autora pontua o processo a formação escolar enquanto instituição que desempenha um papel crucial na construção das identidades dos sujeitos: um processo sutil e contínuo de “fabricação” da identidade por meio de práticas cotidianas, rotineiras e invisíveis, mais do que nas leis ou discursos formais. Desde essa perspectiva, gestos e palavras aparentemente banais emergem como instrumentos poderosos de construção de normas. É nesse sentido que a autora enfatiza a importância de questionar o que é tomado como “natural” nas práticas pedagógicas, como currículos, normas de ensino, materiais didáticos e processos de avaliação.

2. *Violências e Universidade*

À luz desses referenciais teóricos, a revisão das práticas acadêmicas no século XXI ocorre em reação às violências visíveis e simbólicas que marcam as experiências de sujeitos historicamente excluído das universidades nessas instituições. Se a violência não é particularidade da universidade, nela, esse fenômeno ocorre de modo muito *sui generis*. Na interpretação de Caran et al (2010), o modo como a universidade é construída – com intensa competição por recursos, posições e publicações – facilita a ocorrência de assédio. Para Schwartzman (1989, p.40), o culto à tradição, a luta pela autonomia e auto-regulação, ao mesmo tempo em que garantiu à universidade estabilidade e longevidade, também criou estruturas engessadas, autoritárias, burocratizadas e especialmente perversas àquelas(es) que não se enquadram nos tradicionais critérios de seletividade acadêmicos, “baseados na nobreza, na língua, na nacionalidade” e, portanto, na raça e também no gênero.

Pires (2023) identifica três fatores que marcam os processos específicos de violência no ambiente acadêmico: a questão da responsabilização, do trâmite burocrático e da estrutura de poder. No tocante ao primeiro fator, a autora analisa as dificuldades que o corporativismo acadêmico e a autonomia didática-científica impõem no encaminhamento das denúncias e na aplicação das leis. O entendimento da universidade como um “círculo fechado, onde a Verdade é codificada e transmitida” (SCHWARTZAMAN, 1989, p.37), corrobora uma forma de socialização marcada por rituais e fronteiras que naturalizam violências (PIRES, 2023). Nesse contexto, as “pessoas que se tornam vítimas de assédio e de discriminação encontram



uma grande dificuldade de furar esta bolha para denunciar quem as violentaram, se sentindo incapazes e descrentes nos mecanismos de proteção” (TEIXEIRA, 2023, p.23).

Em segundo lugar, a “universidade trabalha com prazos e com processo de hierarquia” que faz da denúncia um caminho muito mais lento (PIRES, 2023, p.12). A morosidade dos procedimentos resulta no prolongamento do processo de violência” (CASTRO, 2023, p.32), com as estruturas burocráticas típicas da universidade corroborando para o silenciamento e a invisibilidade das denúncias de assédio e violência (ALMEIDA, 2022). Finalmente, em terceiro lugar, as estruturas de poder que edificam a universidade favorecem a subjugação. Nessa instituição, “o agressor tem um poder imenso sobre o subjugado” justamente porque as instituições de ensino superior são “um lugar de saber como poder” (PIRES, 2023, p.12). E o saber que ali é produzido tem como base a cultura ocidental, “os valores e os modos de formação do conhecimento” avindos da Europa (BARROS, 2023, p.28).

De acordo com Almeida e Zanello (2022), a melhor compreensão das violências que perpassam o ambiente acadêmico ocorre paralelamente à expansão quantitativa das mulheres nas instituições de ensino superior, trazendo mudanças significativas nas formas específicas de sociabilidade universitária. Também a Lei de Cotas (Lei n.12.711, de 2012) coloriu esses espaços, fortalecendo outras tradições epistemológicas e problemas de pesquisa (BARROS, 2023). “Contudo, o corpo preto ainda é um corpo estranho nesse espaço, sofre com inúmeras violências”, a começar pela falta de políticas de permanência para reduzir as desigualdades (BARROS, 2023, p.29). Para Teixeira (2023), a política de cotas contrasta-se com a ausência de um suporte econômico para garantia da permanência dessas/es cotistas.

A maior possibilidade de ler o mundo desde outras lentes escancara o princípio organizador de gênero e de raça embutido na burocracia universitária (ALMEIDA, 2022), para além das clássicas hierarquias de classe e de geração discutidas por Schwartzamn (1989). Esses conflitos internos coadunam-se com pressões externas relativas à crise de legitimidade e financiamento do ensino superior público, alavancando inúmeras disputas e contradições. A produção de um novo “campo de batalha” no interior do universo acadêmico tanto desmistificou o princípio meritocrático de organização e seleção da vida acadêmica, como pressionou essas instituições a assumirem novos papéis e funções, em diálogo com as



expectativas e anseios dos novos grupos sociais que começam a entrar no sistema educacional (SCHWARTZAMAN, 1989).

Como sintoma desse processo está a proliferação das denúncias de assédio e violência. A resistência das universidades em criar espaços específicos e estabelecer “um conjunto de protocolos (procedimentos) para prevenção, sensibilização e repressão às diversas formas de violência no ambiente acadêmico” (CASTRO, 2023, p.31), ilumina o engessamento da estrutura acadêmica, suas dificuldades em lidar com o tema e as disputas semânticas em torno das categorias. Para Castro (2023, p.32), uma vez que “os conteúdos do que se entende por racismo, sexismo, machismo, capacitismo, misoginia, racismo epistemológico (além de outras formas de discriminação e violência) não estão previstos expressamente nos regulamentos gerais ou regimentos internos” na maioria das universidades, os processos de responsabilização e combate à violência ficam profundamente comprometidos. Isso não quer dizer, no entanto,

[...] que falte base legal ou normativa para a adoção de medidas de prevenção e punição, mas certamente que a falta de regulamentos específicos dificulta que as instituições admitam que esses problemas acontecem e que acione protocolos específicos para a prevenção e a repressão dessas violências no ambiente acadêmico (CASTRO, 2023, p.32).

Na visão da autora, as formas tradicionais de solução de conflitos, via ouvidorias gerais, não têm sido suficientes e efetivas no encaminhamento das demandas. Particularmente nos casos envolvendo assédio sexual, as pesquisas levadas à cabo por Almeida (2022) evidenciam os raros casos de punição real a professores que assediam suas alunas, o modo informal como esses impasses são solucionados dentro de cada departamento e o tabu construído em torno de tais episódios. No geral, a autora aponta três elementos “centrais para o bom andamento da investigação”: (i) a presença de pessoas especialistas na temática na comissão investigatória; (ii) a “decisão firme do diretor ou reitor”; (iii) a recuperação da trajetória do(a) investigado(a), de modo a evidenciar “um padrão repetitivo de assédio” (ALMEIDA, 2022, p.206).

A despeito da maioria das universidades pouco terem se movimentado nessa direção, Castro recupera experiências pioneiras para o contexto universitário brasileiro. Segundo a



autora, a Universidade de São Paulo ganha a liderança nesse debate ao criar, em 2022, a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. A Universidade Federal de Ouro Preto também traz uma iniciativa pioneira ao criar, em 2019, uma ouvidoria especializada no atendimento de mulheres vítimas de assédio e violência. Ademais, várias outras instituições de ensino superior criaram comissões ou diretorias de Direitos Humanos, no âmbito das quais tem se discutido campanhas de conscientização e protocolos antidiscriminatórios que visem a equidade de tratamento dentro dos ambientes educacionais (BORGES, 2023; VICENZI, 2023).

3. *Violências na UFRR: a criação da Comissão Permanente de Acolhimento, Prevenção e Enfrentamento às Violências (CPAPEV)*

No caminho trilhado pela UFRR, a criação do grupo de trabalho responsável pela implementação Comissão Permanente de Acolhimento, Prevenção e Enfrentamento às Violências (CPAPEV), em março de 2023, representa um divisor de águas (RODRIGUES et al, 2023). Desde 2019, o sindicato das(os) docentes da Universidade já pautava essa discussão, cuja aderência institucional na estrutura acadêmica ganhará visibilidade apenas quatro anos depois, impulsionada sobretudo pela Lei nº 14.540, de abril de 2023, por meio do qual se institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal (RODRIGUES et al, 2023). Esse processo é coroado com a Resolução nº 91 do Conselho Universitário, responsável por estabelecer

[...] as normas e procedimentos em casos de assédio moral, sexual, violência étnico-racial, de gênero e sexualidade e outras formas de preconceito e discriminação no âmbito da Universidade Federal de Roraima (UFRR), visando atuar na conscientização, prevenção, acolhimento, enfrentamento e responsabilização de tais condutas (RESOLUÇÃO CUNI/UFRR, 2023, p.2).

A partir da análise das entrevistas feitas com servidores da Universidade Federal de Roraima (UFRR)¹, verificou que a criação da Comissão Permanente de Acolhimento, Prevenção e Enfrentamento às Violências (CPAPEV) articula-se à atuação de diversas

¹ Essas entrevistas, bem como a aplicação de questionário on-line passou pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade. CAAE: 83388324.5.0000.5302



professoras em projetos de extensão, núcleos de direitos humanos e coletivos acadêmicos voltados à promoção da equidade e do enfrentamento das múltiplas formas de violência. A CPAPEV nasce, assim, como um reflexo da maturação de práticas coletivas e do incômodo crescente diante da naturalização de condutas violentas na vida universitária.

As entrevistas revelam um consenso claro: a CPAPEV não tem caráter punitivo. Seu papel institucional está centrado em três eixos fundamentais: O acolhimento de pessoas em situação de violência; a educação e prevenção por meio de ações pedagógicas e a fiscalização do trâmite das denúncias, com o intuito de evitar a omissão administrativa. Ou seja, a Comissão não possui prerrogativas investigativas ou de julgamento. Sua função é orientar as vítimas, garantir que saibam como proceder juridicamente, e acompanhar os desdobramentos internos para evitar que os casos sejam arquivados, como tantas vezes ocorreu no passado.

Por outro lado, as professoras envolvidas com a CPAPEV demonstram um envolvimento mais direto com os relatos de violência. Suas falas evidenciam uma preocupação com os impactos emocionais, acadêmicos e institucionais dos casos relatados, destacando, inclusive, exemplos de evasão e adoecimento de estudantes. Além do acolhimento e da orientação, elas apontam a importância de uma atuação educativa e de prevenção, com o objetivo de transformar padrões culturais que perpetuam formas de violência e discriminação.

Um dos principais méritos apontados pelas entrevistadas é o fato de que a CPAPEV contribuiu para dar visibilidade a um problema estrutural que durante muito tempo foi invisibilizado pela universidade. Situações de assédio moral, sexual, racismo, transfobia, xenofobia, capacitismo e gordofobia, por exemplo, são frequentemente tratadas como desentendimentos pessoais ou “mal-entendidos”, dificultando o acesso a medidas protetivas e a responsabilização dos agressores. O trabalho da Comissão, nesse sentido, busca reverter essa lógica, promovendo a escuta qualificada, o fortalecimento emocional das vítimas e a orientação para a formalização de denúncias com base em provas, a fim de garantir que os processos não sejam invalidados ou deslegitimados.

Contudo, o avanço da CPAPEV encontra importantes obstáculos. Em primeiro lugar, há uma carência expressiva de estrutura material e humana. A ausência de servidores fixos, técnicos especializados e recursos financeiros inviabiliza a expansão e continuidade de atividades como campanhas de divulgação, elaboração de cartilhas educativas e



acompanhamento sistemático dos casos. Muitas das ações são realizadas com base no esforço voluntário de docentes que acumulam outras funções acadêmicas. Essa sobrecarga, como relatam as entrevistadas, compromete o alcance da Comissão e revela a fragilidade do seu reconhecimento institucional.

O número reduzido de servidores também foi apontado pela Ouvidoria da Universidade como fator que afeta diretamente o tempo de resposta e a capacidade de apuração das denúncias. A rigor, essa é a porta de entrada tradicional das denúncias de assédio e violência dentro da UFRR. Enquanto a Ouvidoria descreve um processo funcional em que os casos são recebidos e encaminhados, a CPAPEV pontua as suas dificuldades em compor o fluxo da denúncia. As entrevistas realizadas apontaram para casos em que a Comissão não é informada das denúncias em tempo hábil, o que compromete o acolhimento inicial, previsto na resolução institucional responsável por sua implementação

Além das limitações logísticas, as entrevistadas relatam enfrentamentos claros entre ambos os órgãos. A CPAPEV tem sido alvo de resistência de colegas docentes, setores administrativos e mesmo da ouvidoria institucional, que em diversas situações se recusou a integrar a Comissão ao fluxo formal de recebimento e encaminhamento das denúncias. Em alguns casos, a atuação das professoras da CPAPEV é estigmatizada como militante ou persecutória, evidenciando o desconforto de parte da comunidade universitária em lidar com o tema.

É importante notar que essa resistência não se limita ao ambiente interno da universidade. A CPAPEV também opera em um contexto nacional em que discursos de descrédito das pautas de gênero, diversidade e direitos humanos ganham força. Nesse cenário, sua atuação pedagógica assume papel central, tanto para conscientizar a comunidade acadêmica quanto para desnaturalizar práticas discriminatórias que se perpetuam no cotidiano institucional. O trabalho educativo, portanto, não é apenas uma estratégia de prevenção, mas uma forma de enfrentar diretamente as bases simbólicas da violência.

Outro ponto de destaque é a preocupação ética da Comissão em respeitar a autonomia das pessoas em situação de violência. Todas as entrevistadas reforçam que o encaminhamento da denúncia só é feito com o consentimento explícito da pessoa atendida. Essa abordagem humanizada reconhece os impactos psicológicos da exposição pública e busca evitar a



revitimização, oferecendo, quando necessário, o encaminhamento para a rede externa de apoio, como a Casa da Mulher Brasileira e os órgãos de justiça.

Por fim, a CPAPEV é apresentada como um esforço coletivo que ainda está em construção, com desafios significativos, mas também com avanços concretos. A sua existência tem permitido que casos antes abafados venham à tona, possibilitando que estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos encontrem um espaço seguro para relatar situações de violência. Mais que uma instância de acolhimento, a Comissão simboliza uma tentativa de mudança cultural na universidade, mudança essa que, como enfatizado pelas entrevistadas, só será efetiva se for sustentada por uma rede de solidariedade ativa entre todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Também é possível identificar que as falas partem de lugares institucionais diferentes: a ouvidoria opera com base em protocolos administrativos e limita-se à triagem e ao encaminhamento das demandas, enquanto a CPAPEV assume um papel mais ampliado, voltado para o acolhimento humano e para a promoção de ações educativas. Ambas as abordagens são importantes, mas os relatos sugerem que a atuação conjunta e coordenada entre esses setores ainda enfrenta desafios.

Nesse sentido, o trabalho da CPAPEV transcende os limites da instituição. Ao provocar o debate sobre o assédio, a discriminação e as formas de dominação simbólica e estrutural presentes nas relações sociais, a Comissão atua como agente de transformação não apenas da UFRR, mas também dos espaços sociais em que essa comunidade está inserida. É um movimento de resistência, de reconstrução ética e de compromisso com a dignidade humana que, como bem indicam as entrevistadas, só poderá avançar com engajamento coletivo, financiamento adequado e reconhecimento institucional.

4. *O perfil demográfico da UFRR*

Os embates e disputas envolvendo a criação da CPAPEV precisam ser interpretados à luz das mudanças demográficas da comunidade universitária. Essa análise contou com a exploração das seguintes fontes de informação: Censo da Educação Superior, Departamento Administrativo do



Serviço Público - DASP/UFRR, Pró reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP/UFRR, Comissão Permanente de Acolhimento, Prevenção e Enfrentamento às Violências – CPAPEV/UFRR.

Em primeiro lugar, as análises preliminares do Censo da Educação Superior já apontam para os efeitos da pandemia de Covid-19 no total de vagas ofertadas, alunos(as) ingressantes, matriculados(as) e concluintes na UFRR (Tabela 1). Entre 2019 e 2020, as matrículas diminuíram em 1.220; os ingressantes, em 792; os concluintes, em 286; e o total de vagas ofertadas em 724. O ano de 2021 alcançou o menor de matrículas da série histórica: 4.681 (mil a menos que o verificado em 2010). Esse número subiu para 5.289 em 2022. Ainda assim, são quase 1.700 matrículas a menos que o período pré-pandemia (Tabela 1).

Tabela 1. Número de vagas ofertadas, total de alunos(as) ingressantes, matriculados(as) e concluintes. Universidade Federal de Roraima, 2010 a 2022.

Ano	Vagas	Ingressantes	Matrículas	Concluintes
2010	1.837	1.415	5.683	215
2011	1.293	1.305	5.974	645
2012	1.759	1.743	5.988	414
2013	1.848	1.577	5.947	358
2014	2.068	1.932	6.558	466
2015	1.875	1.624	6.404	520
2016	1.994	1.651	6.674	547
2017	2.146	1.839	6.206	505
2018	1.848	1.443	6.422	562
2019	2.741	2.265	7.013	720
2020	2.017	1.473	5.793	434
2021	1.784	1.214	4.681	605
2022	1.926	1.148	5.289	710

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior.

Seguindo a tendência já apontada para outras instituições de ensino superior no Brasil (ALMEIDA; ZANELLO, 2022), a proporção de matrículas do sexo feminino tem aumentado em termos relativos (Tabela 2). Em 2021, cerca de 60% do corpo discente da UFRR referia-se a mulheres: dez pontos percentuais a mais que o estimado para o ano de 2010. Essa expansão é mais acentuada após a pandemia, indicando os impactos diferenciados entre homens e mulheres da crise sanitária no ingresso e permanência de alunos na Universidade.

Tabela 2. Evolução das matrículas por sexo. Universidade Federal de Roraima, 2010 a 2022

Ano	Mulheres	Homens	Proporção de mulheres
2010	2.872	2.811	50,54
2011	3.094	2.880	51,79

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.31, n.02, e8755, Jul./Dez. 2025.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v31i02.8755>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



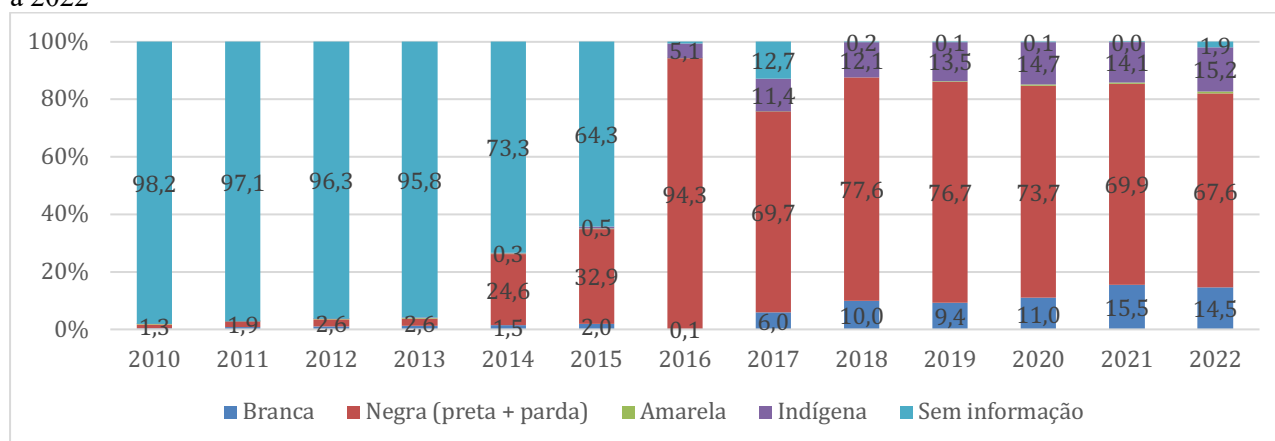
Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

2012	3.110	2.878	51,94
2013	3.117	2.830	52,41
2014	3.437	3.121	52,41
2015	3.352	3.052	52,34
2016	3.549	3.125	53,18
2017	3.302	2.904	53,21
2018	3.465	2.951	54,01
2019	3.775	3.238	53,83
2020	3.241	2.552	55,95
2021	2.794	1.887	59,69
2022	2.994	2.295	56,61

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior.

O exame dos dados de raça/cor evidencia os problemas de qualidade da informação desse registro, com 98% de não informação para esse quesito em 2010 (Gráfico 1). Passada uma década, esse percentual diminuiu consideravelmente, alcançando o patamar de 2% em 2022, o que indica melhoria no processo de coleta. A despeito de suas inconsistências, verifica-se o aumento surpreendente de alunos negros e indígenas, que chegam a representar 67% e 15% das matrículas em 2022 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Percentual de matrículas segundo raça/cor do(a) aluno(a). Universidade Federal de Roraima, 2010 a 2022

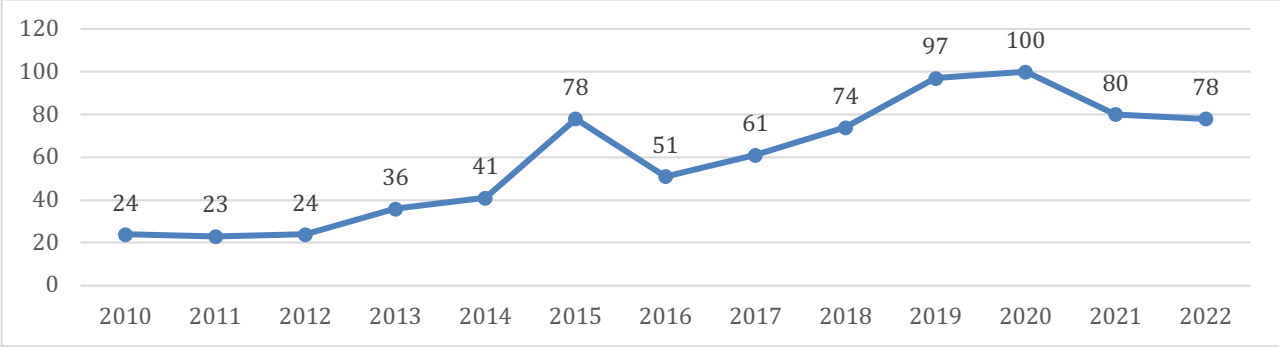


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior.

Ainda que em quantidade reduzida, o total de matrículas de estudantes imigrantes quase triplicou em doze anos: de 24 registros em 2010 para 78 em 2022 (Gráfico 2), o que também denota a entrada de outros grupos sociais na comunidade acadêmica, com a necessidade de políticas de acolhimento e apoio específicas.



Gráfico 2. Evolução das matrículas de estudantes imigrantes internacionais (não nacionais do Brasil). Universidade Federal de Roraima, 2010 a 2022



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior.

Considerando apenas servidores, o Quadro 1 evidencia a quantidade reduzida de técnicos administrativos: apenas 356 para o ano de 2024. Para esse ano, dos 778 docentes, 683 tinham vínculo ativo, 587 atuavam no magistério superior, 95 eram professores do ensino básico, técnico e tecnológico, 93 eram substitutos, e 3 estavam como professores visitantes.

Quadro 1- Demonstrativo de Servidores Ativos em 2024, na UFRR.

Servidores por categoria		Servidores efetivos Ativos		Demonstrativo de Docentes por carreira	
Docente	778	Técnico Administrativo	353	Professores do ensino básico, técnico e tecnológico	95
Estagiário	64	Docente	683	Professor do Magistério Superior	587
Técnico Administrativo	356			Professor substituto do Magistério superior	76
				Professor Substituto do Ensino Superior	17
				Professor Visitante do Magistério	3

Fonte: PROGESP (Pró reitoria de Gestão de Pessoas), 2024.

O Quadro 2 corrobora a alta escolarização dos servidores da instituição, sejam técnicos ou docentes. Dos 683 docentes ativos em 2024, 452 (66%) possuem doutorado. Dos 356 técnicos, 188 (53%) possuem alguma especialização.

Quadro 2 - Demonstrativo de Perfil de Servidores Ativos em 2024 (UFRR)

Docentes de Magistério superior por formação		Servidores Técnicos por formação	
Mestrado	176	Ensino Médio	24
Doutorado	452	Especialização	188
Especialização	35	Mestrado	69
Graduação	20	Graduação	62
Total = 683		Doutorado	7
		Técnico profissionalizante	3



	Ensino fundamental	2
	Ensino fundamental incompleto	1
	Total	356

Fonte: DASP(Departamento Administrativo do Serviço Público), 2024

Os dados extraídos do Censo da Educação Superior também atestam a maior escolaridade do corpo técnico e administrativos da UFRR (Tabela 3). Em 2010, apenas 36 ou 13% dos servidores tinham pós-graduação. Em 2023, já eram 247 ou 70%.

Tabela 3. Evolução do Corpo Técnico Administrativo da UFRR segundo escolaridade, 2010-2023

Ano	Fundamental	Médio	Superior	Pós-Graduação	Total
2010	18	86	145	36	285
2011	15	77	142	49	283
2012	13	88	122	97	320
2013	10	84	121	107	322
2014	11	107	136	154	408
2015	28	199	151	158	536
2016	11	66	130	166	373
2017	8	60	123	192	383
2018	8	54	113	205	380
2019	8	54	113	205	380
2020	7	44	100	226	377
2021	5	37	73	215	330
2022	4	33	78	236	351
2023	3	34	68	247	352

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Chico Anísio Teixeira, Censo da Educação Superior, Técnicos Administrativos UFRR, 2010-2020

Partindo dos pressupostos teóricos que fundamentam essa pesquisa, acredita-se que o aumento nos casos de violências nas Universidade é resultado das mudanças sociodemográficas dessas instituições, seja em função de sua maior diversidade étnica e racial, seja em função da maior escolaridade de seus servidores e acesso aos canais de denúncia.

A sistematização das manifestações protocoladas na ouvidoria da UFRR entre 2009 e 2023, divulgadas no formato de relatório em PDF pela própria Universidade em seu portal na Internet, mostram um boom de registros entre 2013 e 2014, o pode refletir tanto o maior número de denúncias e reclamações, quanto os problemas de cobertura e coleta da informação (Tabela 4). Mesmo diante dessas possíveis inconsistências, comum a todos os registros administrativos brasileiros, é possível



dimensionar a majoritária participação das manifestações de discentes, para todos os anos considerados com informações disponibilizadas.

Tabela 4. Manifestações protocoladas na Ouvidoria. Universidade Federal de Roraima, 2009 a 2023

Ano	Total de manifestações	Público							
		Alunos/discentes		Internos/servidores		Comunidade externa		Anônimo	
		nº absoluto	nº percentual	nº absoluto	nº percentual	nº absoluto	nº percentual	nº absoluto	nº percentual
2009	82	...	11	...	7	...	0
2010	298	246	83	20	7	32	11	0	0
2011
2012	256	113	44	32	13	111	43	0	0
2013	620	500	81	59	10	61	10	0	0
2014	935	498	53	42	4	36	4	4	0
2015	214	117	55	33	15	25	12	39	18
2016	253	110	43	27	11	52	21	64	25
2017	171	71	42	21	12	20	12	59	35
2018	221	95	43	36	16	36	16	54	24
2019
2020	149	67	45	9	6	29	19	44	30
2021	57	0	...	0	...	0
2022	94	0	...	0	...	0
2023	122	0	...	0	...	0

Fonte: Relatórios anuais da ouvidoria da UFRR. Disponível em: Disponível em: <https://antigo.ufrr.br/ouvidoria/relatorios-anuais>. Acesso abril de 2024.

Nota: Também foram consideradas as manifestações na ouvidoria da UFRR publicadas no portal da Controladoria Geral da União, disponíveis no seguinte endereço: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/arquivos/ouvidoria> (acesso 10/05/2024). No entanto, se comparado aos relatórios da própria UFRR, essa base de dados parece estar com graves problemas de subregistro. Enquanto o relatório da UFRR divulga um total de 94 manifestações protocoladas em 2022, no site da CGU esse número é de 14.

Finalmente, os registros cedidos pela CPAPEV (Comissão Permanente de Acolhimento, Prevenção e Enfrentamento às Violências) foram utilizados para análise do quantitativo de denúncias feitas desde que a Comissão começou acompanhar as denúncias sobre violências e assédios sofridas nos campi da UFRR. Entre os anos de 2023 e 2024, a Comissão recebeu 23 denúncias de violência e discriminação no ambiente universitário, das quais 10 referiam-se à assédio sexual; 9 eram de assédio moral; 2 de racismo; 1 caso de transfobia; e 1 caso de intolerância religiosa. Entre as 38 vítimas identificadas, 28 são mulheres, evidenciando uma prevalência maior de casos envolvendo violência de gênero.

Os registros da CPAPEV também destacam a posição dos agressores nas relações de poder acadêmico. De acordo com as denúncias, 53,8% dos agressores são professores, enquanto 46,2% são alunos. Com relação aos locais de ocorrência, verifica-se a seguinte distribuição:

- Centro de Ciências e Tecnologias (CCT): 8 casos.
- Centro de Ciências Agrárias (CCA): 6 casos.



- Centro de Ciências Humanas (CCH): 2 casos.
- Outros espaços, como o Colégio de Aplicação (CAP), registraram apenas 1 caso, enquanto locais como o Centro de Comunicação, Letras e Artes (CCLA), Centro de Educação (CEDUC), Insikiran e Bloco de Música não apresentaram denúncias no período

5. A Pesquisa online

Entre os meses de maio e junho de 2025, a pesquisa valeu-se de um questionário online, disparado na internet através do Instagram da CPAPEV e do grupo de pesquisa Observatório da Dinâmica Populacional de Roraima (ODIPOP-RR)². Das 22 respostas obtidas, 10 relataram ter passado por algum tratamento desrespeitoso dentro da Universidade. O Quadro 3 reproduz algumas dessas situações, as quais escancaram as hierarquias de gênero e geração que atravessam a convivência dentro da Universidade, criando situações de assédio entre discentes e docentes, particularmente os recém-chegados na instituição.

Quadro 3. Narrativas de pessoas que passaram por algum tratamento desrespeitoso na UFRR. Maio e junho de 2023.

Um professor [...] dizia repetidamente que a lei de assédio era uma lei de viado, porque mulher gosta de ser assediada
Ocorreram dois episódios que me vem à memória. O primeiro com um professor [...] que constrangeu uma colega de classe, levando-a a sair da sala chorando. Na ocasião, a turma confrontou o professor, que gritou com os alunos e todos se retiraram de sala. O caso foi levado à coordenação do curso [...], mas nada foi feito a respeito. O segundo caso, envolveu um professor [...] que tentou forçar uma situação com os alunos para que comprassem um livro seu.
Situação envolvendo a chegada na UFRR e o acúmulo de atividades direcionada a mim pela chefia

Fonte: Pesquisa Violências na UFRR: avanços e desafios ao seu enfrentamento. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 83388324.5.0000.5302.

Três participantes responderam afirmativamente à pergunta: “Você já deixou de se expressar alguma vez na UFRR, ou foi constrangido(a) ao manifestar opiniões?”. Os relatos do ocorrido nesse

² O questionário baseou-se na pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo sobre o tema (VENTURI, 2018) e contou com 109 perguntas, a maior parte das quais fechadas, divididas em cinco blocos temáticos: (i) características gerais do(a) respondente; (ii) percepções sobre machismo, racismo, LGBTfobia e elitismo na UFRR; (iii) convivência entre estudantes, com professores(as) e funcionários(as); (iv) vivências e reconhecimento de violências na UFRR; e (v) autopercepção sobre a saúde. De fato, a maior parte das perguntas não foram respondidas, comprometendo a cobertura da investigação. Contudo, os poucos casos captados já são ilustrativos dos desafios que a UFRR possui na promoção de um ambiente universitário seguro e inclusivo.



contexto dizem respeito à defesa de instituições como o MST, às irregularidades presenciadas em reuniões de departamento e colegiado e às situações envolvendo o constrangimento de aluno diante de disputas entre professores.

Sete participantes relataram ter vivido alguma situação de insegurança, humilhação ou discriminação dentro da Universidade, tal como expresso nos relatos sistematizados no Quadro 4.

Quadro 4. Narrativas de situações de insegurança, humilhação e discriminação vividas na UFRR. Maio e junho de 2023.

No lanche na frente do CCLA, estava sozinha, esperando na fila, quando um professor chegou pelas minhas costas e deu um puxão na minha cintura. Esse mesmo professor já fez ""piadas"" dizendo que eu estava grávida no meio da aula e outras coisas desrespeitosas [...]. Nunca dei nenhuma intimidade pra ele e deixo claro que não gosto, mas tenho muito medo que ele faça algo pior quando me ver sozinha de novo.

Me senti intimidada e insegura quando minha turma (composta majoritariamente por mulheres) e eu estávamos treinando no laboratório e ficamos sabendo que havia um homem rondando nosso bloco. Ele inclusive entrou em um dos banheiros femininos onde estavam duas alunas do meu curso [...]. O meu bloco é um dos primeiros de quem vem da Ene Garcez e a maioria dos alunos/professores/servidores é mulher, logo é indispensável nossa segurança, sinto que a UFRR falha muitíssimo nesse quesito. "

Fraudaram ata de reunião; processo de avaliação do estágio probatório; aliciamento de alunos para fazerem assédio; omissão de informação fundamental para o meu trabalho; gritos; mentiras e extravio de documentos da minha sala.

Fonte: Pesquisa Violências na UFRR: avanços e desafios ao seu enfrentamento. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 83388324.5.0000.5302.

A despeito das poucas respostas obtidas, comum às pesquisas dessa natureza (TORINI, 2016), e das dificuldades de captação das inúmeras formas de assédio e violência, a pesquisa online foi importante por permitir o acesso a casos concretos de violência e assédio dentro da UFRR, envolvendo servidores e alunos. De fato, os relatos acessados evidenciam as dificuldades na definição dessas situações, muitas vezes não tipificadas expressamente nos regulamentos gerais ou regimentos internos das instituições (CASTRO, 2023).

6. Considerações Finais

A maior possibilidade de ler o mundo desde outras lentes escancara o princípio organizador de gênero e de raça embutido na burocracia universitária (ALMEIDA, 2022), para além das clássicas hierarquias de classe e de geração discutidas por Schwartzman (1989). Esses conflitos internos coadunam-se com pressões externas relativas à crise de legitimidade e financiamento do ensino



superior público, alavancando inúmeras disputas e contradições. A produção de um novo “campo de batalha” no interior do universo acadêmico tanto desmistificou o princípio meritocrático de organização e seleção da vida acadêmica, como pressionou essas instituições a assumirem novos papéis e funções, em diálogo com as expectativas e anseios dos novos grupos sociais que começam a entrar no sistema educacional (SCHWARTZMAN, 1989). Como sintoma desse processo está a proliferação das denúncias de assédio e violência.

Grosso modo, as informações produzidas apontam para a maior diversidade da comunidade universitária (com participação crescente de indígenas, negros, mulheres e migrantes) e maior escolaridade dos servidores (com proporção crescente de mestre e doutores). Tendo como embasamento o questionário online, evidenciou-se que servidores relatam mais casos de assédio moral e perseguição, enquanto alunos sofrem mais violências sexuais, casos de homofobia e discriminações religiosas. Essas denúncias refletem desafios mais amplos enfrentados pelas universidades, especialmente em um contexto de transformações sociodemográficas da comunidade acadêmica, crises políticas e financeiras que impactam o ensino superior público no Brasil. A Universidade Federal de Roraima (UFRR) exemplifica essas tensões, lidando com casos de assédio e violência em um cenário marcado pela chegada de novos grupos sociais e persistência de desigualdades estruturais.

Referências

- ALMEIDA, Heloisa. A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (Org.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. Brasília: OAB Editora, 2022
- ALMEIDA, L. (2022). Burocracia e silenciamento nas universidades: o impacto da morosidade na denúncia de assédio e violência. *Revista de Ciências Sociais*, 14(2), 30-45.
- ALMEIDA, L.; ZANELLO, A. (2022). A crise do ensino superior no Brasil e seus reflexos na Universidade Federal de Roraima. *Revista Brasileira de Educação*, 27(4), 55-70.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska. Visões sobre a violência contra as mulheres nas universidades. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (Org.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. Brasília: OAB Editora, 2022
- ALVARADO, Sara Victoria; PINEDA, Jaime; CORREA, Karen. *Polifonías del sur: desplazamientos y desafíos de las ciencias sociales*. Universidad de Manizales. Centro de Estudios Avanzados en Niñez



- y Juventud; Bogotá: CINDE-Fundación Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. Editorial Especial: As formas de padecimento no trabalho. *Saúde e Sociedade*, v.17, n.4, p.7-10, 2008.
- BARROS, M. (2023). A Lei de Cotas e a transformação do perfil sociodemográfico das universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, 19(1), 72-85.
- BARROS, W. Epistemicídio na academia produz violências no campo simbólico e na realidade concreta de negros e negras nas universidades. Trabalho apresentado no Seminário “Violências nas Universidades: o acolhimento às vítimas e enfrentamento às violências de gênero e raça” realizado em Vitória, em 10 de abril de 2023.
- BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS, B. (1999). A universidade no século XXI: A crise da universidade moderna diante da globalização neoliberal. *Revista Brasileira de Educação*, 17 (3), 15-25.
- BORGES, L. Manifesto contra a violência de gênero nas universidades. Trabalho apresentado no Seminário “Violências nas Universidades: o acolhimento às vítimas e enfrentamento às violências de gênero e raça” realizado em Vitória, em 10 de abril de 2023.
- CARAN, V. C. S.; SECCO, I. A. de O.; BARBOSA, D. A.; ROBAZZI, M. L. do C. C. Moral harassment among professors in a public university in Brazil. *Acta Paul Enferm*, 2010, 23(6), p.737-44.
- CASTRO, C. A. Violência nas Instituições de Ensino. Trabalho apresentado no Seminário “Violências nas Universidades: o acolhimento às vítimas e enfrentamento às violências de gênero e raça” realizado em Vitória, em 10 de abril de 2023.
- CASTRO, P. (2023). A resistência das universidades na criação de espaços de acolhimento e prevenção à violência. *Revista de Direitos Humanos*, 32(4), 30-40.
- COGGIOLA, Osvaldo. A crise universitária no Brasil. *Revista Adusp*, setembro de 1998.
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (2016). nº 91/2016: Diretrizes para a implementação de políticas de acolhimento e prevenção à violência na UFRR. *Revista de Políticas Acadêmicas da UFRR*, 7(3), 50-58.
- LUGONES, M. (2014). Epistemicídio e a marginalização do saber não ocidental: a universidade como um espaço de resistência. *Revista de Sociologia*, 18(2), 55-70.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assédio no ambiente de trabalho: conceitos e medidas de prevenção. Disponível em: <https://www.oit.org.br/assedio>. Acesso em: abril de 2024.
- PIRES, A. (2023). A violência no ambiente acadêmico e os desafios para a sua superação: um estudo de caso na Universidade Federal de Roraima. *Revista de Psicologia e Educação*, 20(3), 12-23.
- PIRES, Rosely Silva. A Universidade não decide o que é crime: da experiência do luto/racismo ao fortalecimento para luta. Trabalho apresentado no Seminário “Violências nas Universidades: o acolhimento às vítimas e enfrentamento às violências de gênero e raça” realizado em Vitória, em 10 de abril de 2023.



QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do saber: reflexão crítica sobre as estruturas de poder nas universidades. *Revista de Sociologia Latino-Americana*, 5(3), 21-35.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER; Edgard. (ORG.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Buenos Aires, Clacso, 2005, p.227-278.

RESOLUÇÃO CUNI/UFRR Nº 091, de 16 de outubro de 2023.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; PARNAÍBA, Luziene Corrêa; OLIVEIRA, Marcia Maria de; PEREIRA, Mariana Cunha; RODRIGUES, Priscilla Cardoso; SOUZA, Martha Julia Martins de; MOREIRA, Thami Amarilis Straiotto; FRAGA, Rosidelma; COSTA, Veronica Prudente; VASCONCELOS, Iana dos Santos. *Proposta de Estruturação da Comissão Permanente de Acolhimento, Prevenção e Enfrentamento às Violências na UFRR*. Boa Vista, 2023.

SANTOS, B. M. dos; RATIER, L. N. Saúde mental de estudantes universitários em tempos de restrição pandêmica. *Interações (Campo Grande)* 24 (3), 2023, <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3967>

SCHWARTZMAN, S. (1989). A universidade e a crise do conhecimento acadêmico: entre a tradição e a modernidade. *Revista de Ciências Sociais*, 13(2), 35-50.

SCHWARTZMAN, S. A Universalidade e crise das universidades. *Estudos Avançados*, 3 (5), abril de 1989.

TEIXEIRA, Márcia Regina Ribeiro. Assédio e Abuso Sexual nas Universidades: breve relato de uma promotora de justiça, sobre um caso bem-sucedido. Trabalho apresentado no Seminário “Violências nas Universidades: o acolhimento às vítimas e enfrentamento às violências de gênero e raça” realizado em Vitória, em 10 de abril de 2023.

TEIXEIRA, S. (2023). A dificuldade de denunciar e as implicações da burocracia universitária. *Revista de Estudos de Gênero*, 25(1), 22-35.

Teodoro, M. L. M., Alvares-Teodoro, J., Peixoto, C. B., Pereira, E. G., Diniz, M. L. N., de Freitas, S. K. P., Ribeiro, P. C. C., Gomes, C. M. A., & Mansur-Alves, M. (2021). Saúde mental em estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. *Revista Família, Ciclos De Vida E Saúde No Contexto Social*, 9(2), 372–382. <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i2.5409>

VENTURI, Gustavo (Coord.). *Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa*. São Paulo, 25 de julho de 2018.

VICENZI, B. B. A importância da extensão universitária para a quebra do ciclo de violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade. Trabalho apresentado no Seminário “Violências nas Universidades: o acolhimento às vítimas e enfrentamento às violências de gênero e raça” realizado em Vitória, em 10 de abril de 2023.

Artigo submetido em 07/09/2025, aceito em 15/11/2025 e publicado em 20/12/2025.

